

Moro e Weintraub ocupam espaço deixado por outras autoridades

Ministros anunciam recursos para bolsas de estudos sobre o setor; deputado quer câmeras para monitorar cidades com mais de 30 mil habitantes

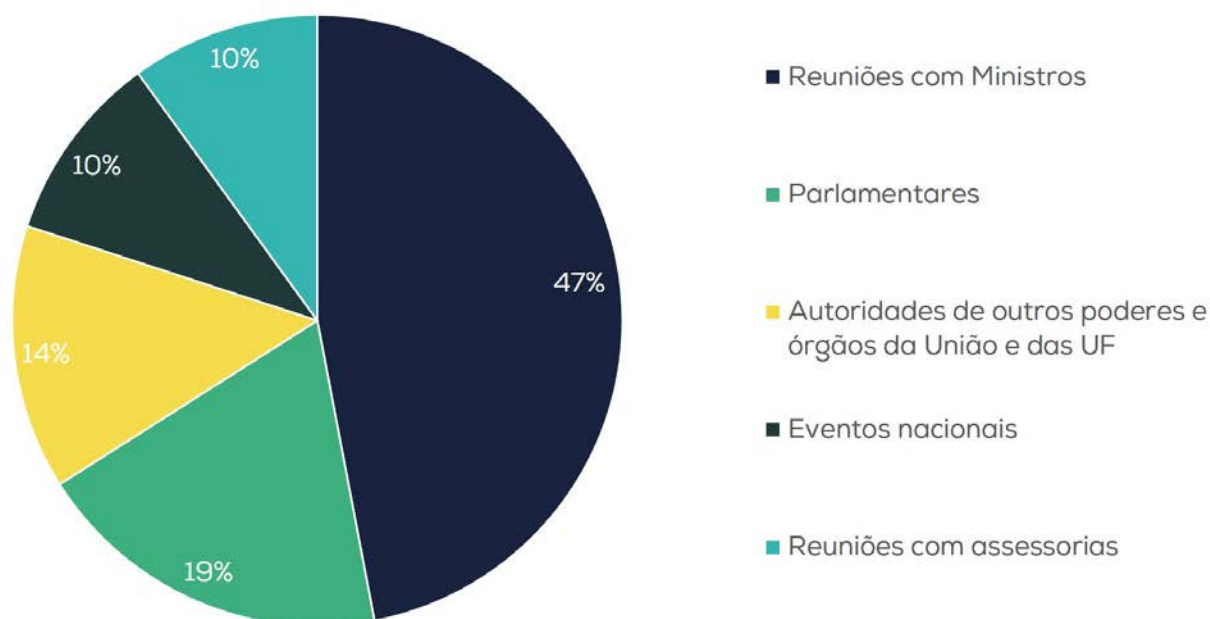
As agendas das autoridades federais seguem mornas nesse início do ano. O presidente Jair Bolsonaro, por exemplo, concentrou uma parte de seu tempo para receber ministros e secretários de governo, enquanto o vice-presidente Hamilton Mourão e os presidentes do Senado, David Alcolumbre, e da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, seguem em férias.

Em meio a esse cenário, ganhou relevância o lançamento do Programa Nacional de Cooperação Acadêmica em Segurança Pública e Ciências Forenses, anunciado pelos ministros da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro, e da Educação, Abraham Weintraub.

Apesar de terem dito tratar-se da primeira iniciativa do gênero no Brasil, há mais de 20 anos a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal (CAPES) do Ministério da Educação vem financiando pesquisas na área. Apenas em 2018, foram financiados 240 projetos de pesquisa sobre temas de interesse da segurança pública.

Já o SENASP e o DEPEN não divulgaram a agenda do secretário e diretor.

Agenda oficial do Presidente da República, entre 06/01 e 12/01



Fonte: Elaboração do Fonte Segura a partir de dados divulgados pela Presidência da República.

Legislativo

O deputado Lourival Gomes (PSL/RJ) apresentou o projeto de lei (PL) 5662/2019, que obriga os municípios com mais de 30 mil habitantes a criarem um Sistema de Monitoramento por câmeras. O PL também institui o Sistema Nacional Integrado de Monitoramento por Câmeras (SNIMC), que centralizará as informações obtidas por todas as câmeras de monitoramento instaladas no país.

Ainda segundo o projeto, “a União poderá apoiar os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, quando eles não dispuserem de condições técnicas, financeiras e operacionais necessárias à implementação dos equipamentos de monitoramento”.

O argumento do autor é que um dos motivos para a redução das taxas de delitos em 2019 foi a maior utilização de tecnologia pelos agentes de segurança, aliada ao treinamento e à capacitação desses agentes. Por isso, ele defende que a instalação de câmeras de monitoramento será importante para a contínua redução dos índices de criminalidade. Gomes argumenta ainda que a proposição está alinhada à Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS).

O projeto será analisado pelas comissões de Desenvolvimento Urbano (CDU), Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO), Finanças e Tributação (CFT) e Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), em caráter conclusivo, isto é, sem a necessidade de ser analisado pelo Plenário. Na CDU, o deputado Marcelo Nilo (PSB/BA) será o responsável por analisar o PL e formular um parecer. Isso deve acontecer a partir de março, quando as comissões forem instaladas na Câmara.

O Fonte Segura monitora semanalmente, de segunda-feira a domingo, as seguintes agendas:

- *Presidente da República;*
- *Vice-presidente da República;*
- *Ministro da Casa Civil;*
- *Ministro do Gabinete de Segurança Institucional;*
- *Ministro da Secretaria de Governo;*
- *Ministro da Justiça e Segurança Pública;*
- *Secretário Nacional da Segurança Pública;*
- *Secretário Nacional da Justiça;*
- *Diretor-Geral do Departamento Penitenciário Nacional;*
- *Presidente do Supremo Tribunal Federal;*
- *Procuradora-Geral da República;*
- *Presidente da Câmara dos Deputados;*
- *Presidente do Senado Federal.*

<https://backup.forumseguranca.org.br/movimentacao-politica/template-1-movimentacao-politica-559rv-5sh6t-ksois-hzpdb-9jmac-oybeg-jbp gn-8se7r-x3j4c-xbtvs-yg7br-kfeh3-zkean-x5q3e-rebh6-9d9fm-33vnp-bo826>

